**Ideologias à parte**

Há largos anos que venho apontando o declínio da importância das ideologias no plano da prática política (e não no plano teórico da ciência política). De uma forma muito genérica e simples, tenho afirmado que o modelo de governação é hoje decisivamente determinado pelos contextos económico, social, financeiro, a nível nacional e também internacional. As opções políticas são assim feitas principalmente em função das realidades então presentes e dos objectivos propostos para o futuro, podendo não se caracterizar por assunções ideológicas sobretudo no arco tradicional da dicotomia esquerda-direita.

Este panorama político, que desde há muito vai ganhando contornos cada vez mais definidos, tornou-se particularmente evidente no caso grego: a extrema-esquerda obteve uma maioria no mês de Janeiro tendo constituído governo com o apoio da extrema-direita; a rejeição popular em referendo de um novo programa de austeridade reforçou a extrema-esquerda governamental que o reprovara também mas que acaba por negociar um programa com uma austeridade acrescida; nove meses depois de a extrema-esquerda ganhar as eleições na Grécia, as sondagens para novas eleições legislativas antecipadas preveem a vitória dos conservadores.

O cidadão vem-se libertando cada vez mais das ideologias, assumindo claramente o voto que mais garantias lhe oferece de bem-estar, assim se alargando também a faixa de eleitores que rejeitam qualquer suposta fidelidade ideológica e votam preferencialmente em função das circunstâncias concretas de cada eleição.

Em Portugal, e no que se refere às eleições que se avizinham, os eleitores que obedecem a ideologias seguirão muito provavelmente a que adoptaram e votarão como sempre; aqueles que privilegiam a estabilidade e a segurança ponderarão o sentido do seu voto no contexto actual do país e não terão dificuldade em decidir entre os que fizeram a troika entrar em Portugal e os que a fizeram sair.

O Partido Socialista conduziu o país à bancarrota em que nos encontrávamos em 2011, sem recursos financeiros para pagar ordenados ou manter as instituições, o que determinou a chegada da troika; a coligação governou durante quatro anos com o programa de austeridade assinado pelos socialistas e conseguiu recuperar a independência do país, evitando um segundo resgate ou o prolongamento do pagamento da dívida – contrariando a opção de toda a esquerda –, fazendo a troika sair no mais curto espaço de tempo possível. De facto, desde o 25 de Abril, Portugal solicitou já ajuda externa por três vezes, sempre por iniciativa da esquerda, dos socialistas (Mário Soares em 1977, Mário Soares em 1983, José Sócrates em 2011). De cada uma destas vezes, seguiu-se a recuperação do país pelos social-democratas ou partidos do centro-direita após a qual os portugueses voltaram a confiar nos socialistas e voltámos a perder a nossa independência.

É tempo de ultrapassar as ideologias e votar pelas propostas que oferecem mais confiança de bem-estar pessoal e social e da sua sustentabilidade a longo prazo.

Quem quer hoje trocar a continuidade de uma recuperação lenta e segura, que a coligação tem vindo a desenvolver, pela promessa de uma recuperação rápida através do retorno às preconizadas políticas socialistas de estímulo ao consumo que nos conduziram à bancarrota?! Eu não!

M. Patrão Neves

[www.mpatraoneves.pt](http://www.mpatraoneves.pt)